

2º CONCURSO PARA RESIDÊNCIA JURÍDICA

BANCA: CIVIL/PROCESSO CIVIL

Questões objetivas.

1 - Qual o recurso cabível em face da decisão que desacolhe a impugnação ao cumprimento de sentença?

- a) Apelação;
- b) **Agravio de Instrumento;**
- c) Agravo retido;
- d) Apelação ou Agravo de Instrumento, uma vez que, pelo princípio da fungibilidade, qualquer dos dois poderá ser utilizado.

2 - São exemplos de negócios jurídicos que não admitem condição:

- a) Venda a contento e locação;
- b) **Emancipação e renúncia de herança;**
- c) Usufruto e adoção;
- d) Comodato e reconhecimento de filho.

3 - Silvério procura os préstimos da Defensoria Pública alegando que seus pais, por ocasião da dissolução do matrimônio de ambos, prometeram doar-lhe o imóvel situado na Rua Pedreira, nº 20. Porém, agora, um de seus genitores se recusa a fazê-lo. Pretende, pois, o cumprimento coativo da promessa de doação. Marque a opção correta.

- a) É legítimo o exercício do direito potestativo à resilição unilateral por parte do promitente doador se a promessa de doação tiver como promitente donatário o filho;
- b) É impossível a execução coativa da promessa de doação, que encerra uma liberalidade, não cabendo qualquer medida em favor do promitente donatário;
- c) Não é possível a execução coativa da promessa de doação nesta hipótese, restando-lhe a via da ação de perdas e danos se provada a frustração da legítima expectativa e o prejuízo do promitente donatário;
- d) **É ilegítima a retratação da promessa de doação manifestada de forma livre e lícita aos filhos do casal por ocasião da dissolução do casamento, pois convola-se em verdadeira compensação de partilha, sujeitando o promitente doador ao seu cumprimento, ante o princípio da segurança jurídica e da boa fé objetiva.**

4 - Amanda, adolescente, acompanhada de sua genitora, busca os préstimos da Defensoria Pública, alegando que pretende obter reparação por danos morais em razão de seu pai ter descumprido seu dever legal de amparo material, causando-lhe sequelas imateriais. Afirma que nunca houve fixação judicial de alimentos. Qual a orientação jurídica a ser fornecida no caso narrado?

- a) Descabe qualquer reparação por dano moral em razão do fenômeno jurídico-social denominado repersonalização das relações civis, que valoriza o interesse da pessoa humana mais do que suas relações patrimoniais;
- b) Descabe qualquer reparação por dano moral uma vez que não houve arbitramento judicial de alimentos;
- c) **A proteção à criança e adolescente tem assento constitucional como direito fundamental, de modo que o descumprimento injustificável do dever de sustento afeta a integridade física, moral, intelectual e psicológica do filho, em prejuízo do desenvolvimento saudável de sua personalidade e atenta contra a sua dignidade, configurando ilícito civil e, portanto, os danos morais causados são passíveis de compensação pecuniária;**
- d) Somente surge o dever de indenizar pelo inadimplemento alimentar se o alimentante for condenado pela prática do crime de abandono material, ilícito tipificado no artigo 244 do Código Penal.

5 - A respeito do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, pode-se afirmar que:

- a) Segundo o Código Civil encerramento das atividades, ou dissolução irregular da empresa, constitui causa suficiente para decretação de desconsideração da personalidade jurídica;
- b) Não é possível a desconsideração da personalidade jurídica nos juizados especiais cíveis em razão da previsão legal de se processar na forma de incidente processual, o que é vedado pela Lei dos Juizados;
- c) **O Código de Defesa do Consumidor e a legislação ambiental adotaram a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, exigindo apenas o descumprimento da obrigação para sua decretação;**
- d) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica pode ser instaurado pelo juiz de ofício.

6 - São princípios que norteiam o Código de Processo Civil de 2015:

- a) Justa causa e legitimidade;
- b) Arbitrariedade e cooperação;
- c) Fins sociais e boa-fé subjetiva;
- d) **Duração razoável do processo e boa-fé objetiva.**

7 - Sobre os direitos reais, é correto afirmar que:

- a) O constituto possessório é um dos modos de aquisição da propriedade, mediante a tradição facta ou simbólica, e o adquirente, mesmo que nunca tenha exercido atos de posse direta sobre o bem, pode manejá-los interditos possessórios;
- b) Independente de título e boa-fé, a posse ininterrupta em local de extensa área, exercida por considerável número de pessoas há mais de cinco anos, tem aptidão de privar o proprietário do imóvel reivindicado, desde que os possuidores tenham realizado, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevante;

- c) As obras necessárias ao uso da servidão, em regra, são realizadas pelo dono do prédio dominante;
- d) Permite-se a constituição de hipoteca para garantir dívidas futuras, desde que incondicionadas.

8 - Caso não seja cumprida voluntariamente sentença transitada em julgado no âmbito do juizado especial cível, é correto afirmar que:

- a) Proceder-se-á desde logo à execução mediante solicitação do interessado, dispensada nova citação;
- b) Não será admitida a execução da sentença no próprio juizado;
- c) O interessado deve solicitar, por escrito, a execução da sentença, sendo necessária nova citação;
- d) O juiz determinará ao vencido o imediato cumprimento da sentença.

9 - A respeito do instituto da adoção é INCORRETO afirmar que:

- a) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com os pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais;
- b) A sentença conferirá ao adotado o nome do adotante e, a pedido de qualquer deles, poderá determinar a modificação do prenome, contudo, dependente da idade o adotado será ouvido e deverá concordar;
- c) A adoção por pessoa solteira depende da concordância de outro parente para se resguardar interesses do adotando, em caso de ausência do adotante.
- d) O filho adotado, do mesmo modo como sucede com os filhos consanguíneos, pode ser deserdado nas hipóteses legais;

10 - Bernardino procurou a Defensoria Pública alegando que, dado o divórcio conturbado que passou, bem como os incidentes públicos havidos com o ex cônjuge, a vinculação de sua pessoa e imagem à virago em resultados de mecanismo de busca na internet representava afronta aos seus direitos essenciais. Pretende, pois, ajuizar demanda inibitória, fundada no direito ao esquecimento, por violação à sua honra, intimidade e privacidade, em face de conhecido sítio de busca local para eliminar qualquer dado ou informação de pesquisa que relacione seu nome ao da ex esposa com o fim, inclusive, de se abster de interligar imagens, notícias ou dados a ambos em decorrência da decretação do divórcio. É correto afirmar que:

- a) Sua ex esposa deve figurar no polo passivo por perfeito enquadramento na hipótese de litisconsórcio necessário;
- b) Certamente será deferida a tutela inibitória para cessar qualquer disponibilização de imagens que vinculem Bernardino à ex esposa, através de mecanismos e ferramentas criados pelo sítio eletrônico, em função da violação aos artigos 11, 12, 20 e 21 do Código Civil;
- c) O sítio de busca da internet não pode ser responsabilizado por conteúdos que apenas hospeda;

d) No caso concreto, é necessária a ponderação entre direito ao esquecimento, que presume a lesão ou ameaça a honra ou privacidade e outros direitos da personalidade, como as liberdades de pensamento, criação, expressão e informação.

Questão discursiva:

Pingo, criança de 10 anos com trombose na retina do olho esquerdo, necessitava realizar exame de tomografia, fundamental para confirmação de diagnóstico e tratamento consistente da aplicação de simples injeção no olho. Ocorre que, em razão da demora na autorização do exame e consequente início do tratamento, pelo pequeno Plano de Saúde de auto-gestão, mesmo com as mensalidades em dia e o prazo de carência cumprido, procura a Defensoria Pública portando Laudo Médico que assevera a ocorrência da lesão irreversível (cegueira) pela demora na realização do exame e correto tratamento, salientando que o fator tempo foi imprescindível para o resultado danoso. Diante do caso em tela, discorra sobre a orientação jurídica a ser prestada pela Defensoria Pública, indicando e justificando a eventual medida judicial a ser adotada em favor do assistido, bem como seus possíveis fundamentos.

O(A) candidato (a) deverá abordar os seguintes pontos:

- a) Fundamentação no Código Civil (em razão das recentes decisões do STJ que restringem aplicação de CDC a planos de autogestão) e no Código de Defesa do Consumidor (possível modificação de entendimento para inclusão de CDC nos planos de autogestão no STF);**
- b) Pedido de pensionamento vitalício;**
- c) Dano Moral sob o fundamento da perda da chance;**
- d) Ortografia e coesão textual.**

BANCA DE PENAL/PROCESSO PENAL

Questões Objetivas:

11 - Júpiter, com 20 anos de idade, em 30 de novembro de 2012, consciente de seus atos, querendo ir para a balada com amigos, dirigi-se a um supermercado e subtrai algumas garrafas de vodka e uísque importados. Chegando a sua casa, Luna, sua mãe, o obriga a retornar ao supermercado e devolver toda a mercadoria subtraída. Em 01 de dezembro de 2017 recebe em sua casa uma citação para responder nos autos da ação penal, uma vez que o Ministério Público ofertou denúncia contra o mesmo pela prática do crime de furto simples, sendo recebida a denúncia em 20 de outubro de 2017. Diante da situação apresentada, pode se afirmar que:

- a) Em alegações finais o Defensor Público requerer o reconhecimento do arrependimento eficaz, na medida em que Júpiter devolveu integralmente os bens subtraídos.**
- b) Em defesa preliminar deverá o Defensor Público requerer a designação de audiência especial para oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo, na forma do art. 89 da Lei 9.099/95;**
- c) Em defesa preliminar deverá o Defensor Público requerer a extinção de punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva;**

d) Em alegações finais o Defensor Público requerer o reconhecimento da desistência voluntária, na medida em que Júpiter devolveu integralmente os bens subtraídos.

12 - Acerca da Lei 11.343/06 é correto afirmar que:

- a) **A quantidade da droga apreendida não impede o reconhecimento da causa de diminuição de pena do art. 33, parágrafo 4º da Lei 11.343/06.**
- b) Em nenhuma hipótese é possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos em caso de condenação pelo crime de associação para o tráfico de drogas (art. 35 da Lei 11.343/06).
- c) O prazo prescricional do crime de posse de droga para consumo pessoal (artigo 28 da Lei 11.343/06) é de 03 (três) anos, conforme regra do art. 109, VI do Código Penal.
- d) No caso de condenação pelo crime de tráfico de drogas (art. 33 da Lei 11.343/06), por se tratar de crime equiparado a hediondo, é impossível a fixação de regime inicial de cumprimento de pena diverso do fechado.

13 - Segundo a Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) é incorreto afirmar que:

- a) constitui crime contra criança ou adolescente a conduta de um integrante de um grupo de "whatsapp" que recebe e deixa armazenado em seu aparelho de telefone celular imagens contendo cenas pornográficas entre adolescentes de 14 (catorze) anos de idade.
- b) **constitui crime contra criança ou adolescente a conduta de um integrante de um grupo de "whatsapp" que recebe e deixa armazenado em seu aparelho de telefone celular imagens contendo cenas vexatórias com crianças de 10 (dez) anos de idade.**
- c) não constitui crime contra criança ou adolescente a conduta de hospedar em hotel, pensão, motel ou estabelecimento similar criança ou adolescente desacompanhada de seus pais ou responsáveis, ou sem autorização escrita destes ou da autoridade judiciária.
- d) Comete crime quem vende, fornece ou serve bebida alcoólica a adolescente de 16 (dezesseis) anos.

14 - Pedro, enciumado e inconformado com o novo relacionamento de sua ex-companheira Maria, pula o muro da residência da mesma a fim de descobrir a identidade do atual namorado desta. Maria, assustada, liga para a polícia. Ao chegarem a residência, os policiais encontram Pedro e Maria tomando um café na cozinha e conversando calmamente. Diante da situação apresentada pode se afirmar que:

- a) **O consentimento da ofendida Maria exclui a tipicidade da conduta de Pedro.**
- b) Pedro agiu acobertado por uma causa supralegal de exclusão da ilicitude, a saber, o consentimento da ofendida.
- c) A conduta de Pedro se enquadra no tipo penal do artigo 150 do Código Penal.
- d) A teoria da adequação social impede a criminalização da conduta de Pedro.

15 - Barney, maior de 18 anos, pratica tentativa de roubo de carga juntamente com Fred, menor de 17 anos de idade, com o emprego de arma de fogo devidamente municiada e apta a produzir

disparos. Durante a ação, a arma foi portada exclusivamente por Fred. Devidamente preso em flagrante, Barney é denunciado e, durante seu interrogatório, confessa a prática das condutas imputadas, esclarecendo, inclusive, que tinha ciência da menoridade de Fred. De acordo com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça é correto afirmar que:

- a) a majorante do emprego de arma deve ser excluída, uma vez que apenas Fred se encontrava portando a arma de fogo durante a ação.
- b) Barney deverá ser absolvido pelo crime de corrupção de menores, considerando que Fred já possui diversas outras anotações em sua Folha de Antecedentes Infracionais;
- c) **existe concurso formal entre os crimes de corrupção de menores e de roubo majorado tentado.**
- d) a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, diante do reconhecimento pelo julgador da modalidade tentada.

16 - João, primário, sem antecedentes, morador de rua, é preso em flagrante portando um revolver calibre .38 (de uso permitido) e com numeração de série aparente. Levado à Delegacia de Polícia, é lavrado o flagrante, tendo a autoridade policial arbitrado a fiança em 02 (dois) salários mínimos. Diante de impossibilidade financeira de pagar a fiança, João permanece preso e a prisão é comunicada ao juiz natural, que a converte em preventiva, diante da impossibilidade de localizar seu paradeiro. Diante da situação acima, é correto afirmar que:

- a) Agiu corretamente o juiz uma vez que a prisão preventiva foi decretada com o fim de assegurar a aplicação da lei penal;
- b) O Delegado de Polícia praticou equívoco na medida em que o crime é inafiançável;
- c) Arbitrada a fiança pela autoridade policial, o juiz somente poderá expedir alvará de soltura após o recolhimento do valor da fiança por João.
- d) **É possível a revogação da prisão preventiva sem o recolhimento de fiança e sem a comprovação de endereço fixo.**

17 - Violeta é agredida por seu marido com um soco em seu olho. Comparece à Delegacia de Polícia noticiando o crime, ocasião em que imediatamente é encaminhada ao exame de corpo de delito que comprova a lesão de natureza leve à sua integridade física. Violeta não requer a concessão de medidas protetivas em sede policial. Dois anos após os fatos, o Ministério Público oferece denúncia em face do marido de Violeta. Considerando a reconciliação do casal. Violeta, em juízo, declara que não deseja processar criminalmente seu marido. Diante de tal situação:

- a) É correto dizer que considerando o não recebimento da denúncia, a retratação da representação por parte de Violeta acarretará a extinção de punibilidade de seu marido.
- b) Por se tratar de crime de ação pública condicionada a representação, esta se torna irretratável após o oferecimento da denúncia.
- c) **Violeta não poderá se retratar por se tratar de crime de ação penal pública incondicionada; entretanto seu marido terá direito à suspensão condicional da pena (art. 77 do CP), desde que a pena privativa de liberdade aplicada não seja superior a 02 (dois) anos.**

d) Violeta não poderá se retratar por se tratar de crime de ação penal pública incondicionada; entretanto seu marido terá direito à suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/95) em razão da pena privativa de liberdade mínima ser de 03 (três) meses de detenção.

18 - Felipe é parado em uma blitz policial na Comarca de Duque de Caxias. Ao consultarem a documentação do veículo, os policiais verificam que o automóvel guiado por Felipe foi roubado no dia anterior na cidade de Nova Iguaçu. Na impossibilidade de contatar o proprietário do veículo, vítima do roubo, o Delegado de Polícia encaminha os autos do flagrante ao Ministério Público que oferta denúncia em face de Felipe imputando-lhe o delito de receptação, mas arrolando a vítima do roubo como testemunha. Durante a Audiência de Instrução e Julgamento, observadas as cautelas legais, o proprietário do automóvel reconhece Felipe como sendo o autor do delito de roubo. O Ministério Público, então, oferece aditamento à denúncia para imputar ao acusado o crime de roubo. Na presente hipótese deverá o magistrado:

- a) Rejeitar o aditamento em razão da preclusão temporal.
- b) Receber o aditamento e abrir vista para a Defesa ofertar nova resposta preliminar.
- c) **Declinar a competência para uma das Varas Criminais de Nova Iguaçu.**
- d) Extrair peças dos autos e encaminha-las para o órgão do Ministério Público com atribuição para oferecer a denúncia quanto ao crime de roubo ocorrido em Nova Iguaçu, permanecendo competente para julgar o delito de receptação.

19 - Em determinada ação penal o magistrado nega seguimento à apelação, embora presentes todos os pressupostos recursais. Interposto o competente recurso contra tal decisão, o magistrado de primeiro grau também lhe nega seguimento. Diante dos fatos narrados, desta segunda decisão é cabível:

- a) Reclamação.
- b) Mandado de segurança.
- c) Recurso em sentido estrito.
- d) **Carta testemunhável**

20 - Quanto ao procedimento nos crimes de competência do Tribunal do Júri é correto afirmar que:

- a) Não se convencendo da existência de indícios suficientes de autoria ou participação do acusado no delito imputado, o juiz presidente deverá absolver sumariamente o réu.
- b) Da decisão que impronunciar o réu, é cabível recurso em sentido estrito.
- c) Considerando o princípio da soberania dos veredictos, previsto na CRFB/88, em nenhuma hipótese o juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da constante na acusação.
- d) **É permitido ao jurado formular perguntas às testemunhas, por intermédio do juiz presidente.**

Questão discursiva:

Beto e Zeca, primários e sem antecedentes criminais, ambos imputáveis, ambos com 20 anos de idade, no dia 24 de outubro de 2017, por volta das 22:50 horas, no interior da Comunidade do Azeite, foram revistados por policiais militares que ali se encontravam, sendo apreendidas no bolso da bermuda de Beto três munições de calibre .762 mm (de uso restrito). Levados à Delegacia de Polícia, Beto e Zeca foram presos em flagrante por violação ao disposto no artigo 16, caput da Lei 10.826/03. Analise a situação jurídica de ambos, aduzindo quais medidas judiciais cabíveis a serem adotadas em favor de Beto e Zeca, com o fim de restituir-lhes o status libertatis, bem como quais as teses defensivas, penais e processuais, possíveis em favor dos mesmos ao longo do processo.

O(A) candidato (a) deverá mencionar as seguintes teses defensivas:

- a) Atipicidade das condutas em razão da falta de potencialidade lesiva do material arrecadado com Beto;
- b) Atipicidade das condutas pelo reconhecimento do princípio da insignificância;
- c) Atipicidade da conduta de Zeca em razão da impossibilidade de se reconhecer o porte compartilhado de munição;
- d) Inconstitucionalidade do crime de porte de munição;
- e) Possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos;
- f) Reconhecimento da atenuante da menoridade.

Como medidas judiciais a serem adotadas deverá mencionar:

- a) Pedir o relaxamento da prisão em razão da ilegalidade da prisão pela atipicidade da conduta;
- b) Impetrar *habeas corpus* para obstar o prosseguimento do inquérito ou de eventual ação penal;
- c) O pedido de liberdade provisória sem fiança ou eventual revogação da prisão preventiva, ante a ausência dos requisitos autorizadores da manutenção da mesma.

BANCA DE CONST./DIREITOS HUMANOS

Questões objetivas:

21 - Em relação aos direitos fundamentais assinale a afirmativa correta:

- a) a liberdade de expressão protege inclusive a propaganda a favor da guerra, bem como a apologia ao ódio nacional, racial ou religioso, mesmo que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência;
- b) o acesso à justiça não é considerado um direito fundamental, mas sim uma garantia;
- c) a prática de racismo constitui crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão e à prescrição, nos termos da lei;
- d) apesar de amplamente disseminada, a expressão "gerações de direitos fundamentais" tem sido apontada como não adequada, preferindo-se falar em "dimensões de direitos fundamentais", já que uma não sucede a outra, mas se complementam.

22 - Sobre o princípio da vedação ao retrocesso é falso afirmar que:

- a) **Está expressamente previsto na Constituição Federal de 1988;**
- b) Trata-se de garantia que não tem caráter absoluto;
- c) Também é conhecido como efeito cliquet,
- d) Encontra fundamento na progressividade dos direitos sociais prevista em tratados e convenções internacionais de direitos humanos.

23 - A controversa técnica do Estado de Coisas Inconstitucional tem origem nas decisões da Corte Constitucional da Colômbia, diante da constatação de violação massiva e generalizada de direitos fundamentais que afeta a um número amplo de pessoas. Tem por finalidade a construção de soluções sistemáticas, dialógicas e pactuadas voltadas à superação desse quadro causado em razão de ações e omissões do poder público. Recentemente, no bojo da ADPF nº 347/DF, o Supremo Tribunal Federal declarou a existência de um Estado de Coisas Inconstitucional no Brasil em relação à situação:

- a) **dos presídios;**
- b) da saúde pública;
- c) da educação básica,
- d) do combate ao trabalho escravo.

24 - Sobre a Defensoria Pública no âmbito constitucional é correto afirmar:

- a) O órgão de cúpula da Defensoria Pública é o Conselho Nacional da Defensoria (CNDP), que possui, em essência, as mesmas atribuições do CNJ e CNMP.
- b) O órgão de cúpula da Defensoria Pública é o Ministério da Justiça, que possui a atribuição de regular a atuação e controlar a produtividade de todas as Defensorias Públicas
- c) Por ausência de previsão constitucional, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) controla a atividade administrativa das Defensorias Públicas, sendo certo que tal atribuição é temporária e cessará quando for instituído o Conselho Nacional da Defensoria Pública
- d) **A Constituição não prevê um órgão de cúpula para a Defensoria Pública.**

25 - São direitos dos assistidos previstos na Lei Complementar nº 80/94, exceto:

- a) a qualidade e a eficiência do atendimento;
- b) a informação sobre a tramitação dos processos e os procedimentos para a realização de exames, perícias e outras providências necessárias à defesa de seus interesses;
- c) **ser atendido pelo Defensor Público de sua escolha, entre os DPs lotados na unidade de competência de atuação de sua causa, vez que inexiste previsão expressa do princípio do Defensor natural;**
- d) o patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor natural.

26 - Quanto a incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos no Brasil e seus efeitos no ordenamento jurídico interno, assinale a alternativa correta.

- a) **Os direitos humanos previstos em tratados internacionais em que o Brasil seja parte integrante o bloco de constitucionalidade em sentido amplo;**
- b) Os tratados internacionais de direitos humanos são incorporados no direito interno brasileiro com status de lei federal;
- c) Se aprovados por maioria absoluta, os tratados internacionais de direitos humanos serão incorporados ao direito brasileiro com status de lei complementar;
- d) Os tratados internacionais de direitos humanos devem ser aprovados pelo quórum qualificado previsto no art. 5º, § 3º, da Constituição Federal.

27 - O documento denominado "Regras de Brasília sobre Acesso à Justiça das Pessoas em Condição de Vulnerabilidade", ou simplesmente "100 Regras de Brasília", aprovado em março de 2008 durante a XIV Conferência Judicial Ibero-americana, tem, entre outros, o objetivo de ampliar a consciência dos poderes públicos acerca da necessidade de se garantir o acesso à justiça para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade. De acordo com a concepção firmada no mesmo, consideram-se em condição de vulnerabilidade as pessoas que:

- a) pertencem às minorias reconhecidas pelo documento, a saber, os povos indígenas, os migrantes, os privados de liberdade, as vítimas de crimes, as crianças e adolescentes, os idosos, as pessoas com deficiência, as mulheres e os pobres;
- b) por razão de sua idade, gênero, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, econômicas, étnicas elou culturais, não disponham de recursos financeiros para custear seu sustento e de seus familiares;
- c) **por razão da sua idade, gênero, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, econômicas, étnicas elou culturais, encontram especiais dificuldades em exercitar com plenitude, perante o sistema de justiça, os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico;**
- d) encontrem especiais dificuldades em exercitar com plenitude, perante o sistema de justiça, os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico exclusivamente em razão de se encontrarem em situação de extrema pobreza.

28 - ANGELIQUE, cidadã francesa transexual, foi presa no Rio de Janeiro sob a acusação de tráfico de drogas e levada para um presídio masculino, na mesma ala que os demais presos, sem qualquer separação, a despeito de sua identidade de gênero e constantes pedidos para ser transferida para um presídio feminino. Lá sofreu toda espécie de humilhações praticadas por outros presos e por agentes penitenciários, que se intensificavam em razão de sua dificuldade com a língua portuguesa: agressões físicas e verbais; estupro; obrigatoriedade de tomar banho de sol sem camisa, expondo seus seios; corte de seus cabelos compridos; a proibição do tratamento com hormônios, entre outras. Diante dessa situação, a violação dos direitos de ANGELIQUE pode ser levada à qual sistema regional de proteção dos direitos humanos?

- a) Sistema europeu de direitos humanos (Corte Europeia de Direitos Humanos);

- b) Sistema interamericano de direitos humanos (Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos);
c) Sistema interamericano de direitos humanos (Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos) e sistema europeu de direitos humanos (Corte Europeia de Direitos Humanos);
d) Nenhum. A questão só pode ser levada ao sistema global (ONU).

29 - A respeito da Convenção Americana sobre Direitos Humanos — Pacto de San Jose da Costa Rica, pode-se afirmar que:

- a) consagra rol de direitos econômicos, sociais e culturais;
b) autoriza a prisão civil do depositário infiel;
c) aboliu a pena de morte, salvo em caso de guerra declarada;
d) **possui hierarquia supralegal no ordenamento jurídico interno brasileiro.**

30 - Quanto ao chamado controle de convencionalidade, assinale a alternativa correta.

- a) só pode ser realizado em âmbito interno perante o Supremo Tribunal Federal;
b) **pode ser realizado perante qualquer juízo, em qualquer processo;**
c) só pode ser realizado perante as cortes e tribunais internacionais, à exemplo da Corte Interamericana de Direitos Humanos;
d) não é admitido no direito brasileiro.

Questão discursiva:

JOÃO procura a Defensoria Pública da Comarca de Magé alegando que necessita de medicamentos para tratar de doença crônica relacionada à asma. Afirma também que o Município e o Estado negaram administrativamente o pedido. A negativa por escrito dos entes públicos é apresentada ao Defensor responsável, que ajuíza ação contra o Estado do Rio de Janeiro e Município de Magé, requerendo o fornecimento da medicação, bem como a condenação dos réus em honorários a serem revertidos à Defensoria

O Estado contestou a ação alegando o seguinte: a) o direito à saúde é uma norma programática da Constituição; b) não cabe ao Estado fornecer medicamento relacionado à asma, sendo tal incumbência do Município; c) o Estado do Rio de Janeiro está em notória crise, o que atrai o princípio da reserva do possível, sendo inviável atender toda a população que necessite de medicamentos; d) não é possível condenar o Estado a pagar honorários à Defensoria Estadual, pois a Defensoria é órgão do Estado, o que faz incidir o instituto da confusão, previsto no Código Civil.

O Município também contestou nos seguintes termos: a) a responsabilidade para o medicamento pleiteado é do Estado e não do Município; b) a crise financeira gerou diminuição significativa nos repasses tributários e isso faz com que tenha aplicação o princípio da reserva do possível; c) não cabe condenação em honorários em favor da Defensoria Pública em face de pessoa jurídica de direito público.

Sem redigir peça apresente os argumentos a serem utilizados em eventual réplica, à luz do direito constitucional e do entendimento do STF e STJ. (20 pontos)

O(A) candidato (a) deverá abordar os seguintes pontos:

- a) Direito à saúde é norma de eficácia plena e aplicabilidade imediata;
- b) Obrigação solidária dos entes públicos em demandas envolvendo direito à saúde;
- c) Princípio da reserva do possível não pode afetar o mínimo existencial;
- d) Autonomia da Defensoria Pública – posição do STF – cabe condenação em honorários em face do Estado;
- e) Posição do STJ – súmula 421;
- f) Coesão textual e ortografia.